

# Angola

## Angola



### Números-chave

- Superfície, em milhares de km<sup>2</sup>: 1 247
- População, em milhares de habitantes(2004): 14 078
- PIB per capita, em dólares (2003): 1 015
- Esperança de vida (2000-2005): 40.1

Perspectivas Económicas na África 2004/2005

Em inglês: [www.oecd.org/dev/aeo](http://www.oecd.org/dev/aeo)

Em francês: [www.oecd.org/dev/pea](http://www.oecd.org/dev/pea)

# Angola

**A**NGOLA TEM VIVIDO DIAS DE PAZ desde que foi decretado o cessar-fogo entre as forças armadas e os rebeldes, em Abril de 2002, que pôs termo a mais de 25 anos de guerra civil ininterrupta. O país enfrenta agora a árdua tarefa de canalização de fundos para a reconstrução de infra-estruturas e a redução da pobreza. Os diamantes e, em especial, o petróleo *offshore* dominam a economia nacional, sendo responsáveis pela quase totalidade das receitas. No entanto, estes sectores estão muito pouco articulados com o resto da economia. A agricultura e as indústrias manufactureiras ainda sofrem com o legado deixado pela guerra civil – infra-estruturas arruinadas, falta de capital físico e financeiro, governos pobres e a presença alastrada de minas em algumas regiões – sem contar a necessidade de realojar 4 milhões de pessoas desalojadas pelo conflito.

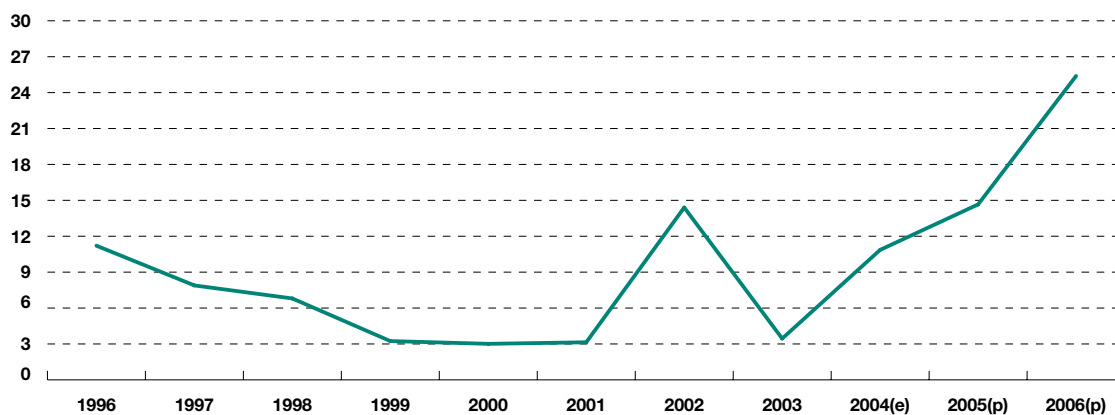
Apesar do aumento dos preços do petróleo, o crescimento real do PIB em 2003 foi de apenas 3.5 por

cento, devido à queda da produção dos campos de petróleo existentes<sup>1</sup>. Em 2004, houve uma retoma do crescimento, que atingiu os 11 por cento, devido a exploração de novas jazidas petrolíferas. O crescente aumento da produção de petróleo deveria permitir que se atinja os 15 por cento em 2005 e os 25 por cento em 2006. Nas ocasiões precedentes de crescimento importante devido ao petróleo, as autoridades mostraram uma certa complacência com relação às políticas, em detrimento da estabilidade económica e de uma melhoria da governação, como mostra o abandono de 2 programas do FMI (SMPs - *staff-monitored programmes*). Contudo, dessa vez, observa-se um reforço das políticas, a luta contra a inflação assumindo agora um importante papel, já que Angola se esforça arduamente para chegar a um acordo com o FMI com relação a um terceiro

**Recursos colossais devem ser canalizados para a reconstrução de infra-estruturas e a redução da pobreza.**

51

Figura 1 - Crescimento do PIB real



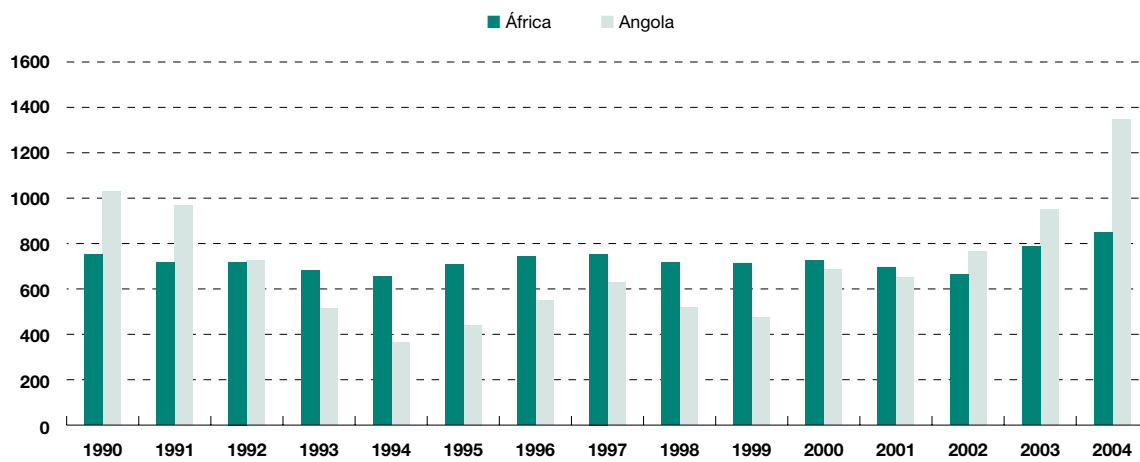
Fonte: Dados do FMI e do Instituto Nacional de Estatística; cálculos dos autores para as estimativas (e) e as projecções (p).

programa SMP. A inflação caiu abaixo dos 35 por cento em 2004, pela primeira vez em várias décadas, e a moeda local, o quanza, permaneceu estável face ao dólar.

Como outros países recentemente saídos de um conflito, Angola enfrenta desafios enormes, que requerem um compromisso forte da parte do Governo para beneficiar do apoio da Comunidade Internacional.

1. As estatísticas são claramente insuficientes, tanto em termos de quantidade como de qualidade, o que impede uma análise credível da situação económica, assim como a definição de prioridades entre necessidades concorrentes e a adopção de medidas adequadas.

Figura 2 - PIB per capita em Angola e na África (em dólares actuais)



Fonte: FMI.

Esta última preocupa-se principalmente com a falta de transparência na gestão das receitas provenientes do petróleo, com as despesas extra-orçamentais e os empréstimos comerciais garantidos pelo petróleo, e com o conseqüente peso da dívida externa. Os esforços para reduzir a inflação, ainda que necessários, representam um custo social considerável, tendo em conta a falta de redes de segurança e a desintegração do tecido social provocada pela guerra civil. Nesse contexto, espera-se que a conclusão da Estratégia para a Redução da Pobreza lançada em 2000 e adoptada em Dezembro de 2003 estabeleça objectivos políticos claros, mais necessários do que nunca, e crie um quadro macroeconómico compatível com a realização dos referidos objectivos.

## Progressos Económicos Recentes

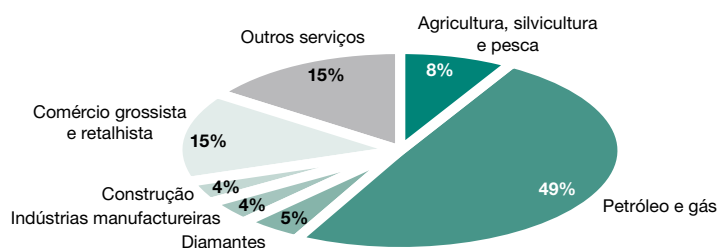
A economia angolana continua a depender fortemente do petróleo, um sector de capital intensivo muito pouco articulado com outros sectores da economia e com pouco impacto no emprego. No rescaldo da guerra civil, a diversificação da economia é travada por infra-estruturas físicas inadequadas, fraca governação e corrupção.

Desde o início da produção em grande escala, no final dos anos 70, o petróleo tem dominado a economia

angolana. As reservas dos campos de petróleo *offshore*, principalmente ao largo da bacia do rio Congo, em frente ao enclave de Cabinda, são estimadas em 12 mil milhões de barris. Protegido da guerra civil, o sector petrolífero continuou a crescer, duplicando a sua produção entre 1990 e 2003, atingindo quase 1 milhão de barris/dia. Em 2003, o petróleo era responsável por mais de 45 por cento do PIB, por 75 por cento das receitas do Governo e por 90 por cento das exportações. A empresa estatal Sonangol, única proprietária dos campos, participa da extracção e da exploração do petróleo e é responsável por 35 por cento das vendas de petróleo do país. A empresa assinou contratos de repartição de produção com as maiores empresas petrolíferas ocidentais, lideradas pela ChevronTexaco e pela Total, responsáveis respectivamente por 61 e 27 por cento da produção total.

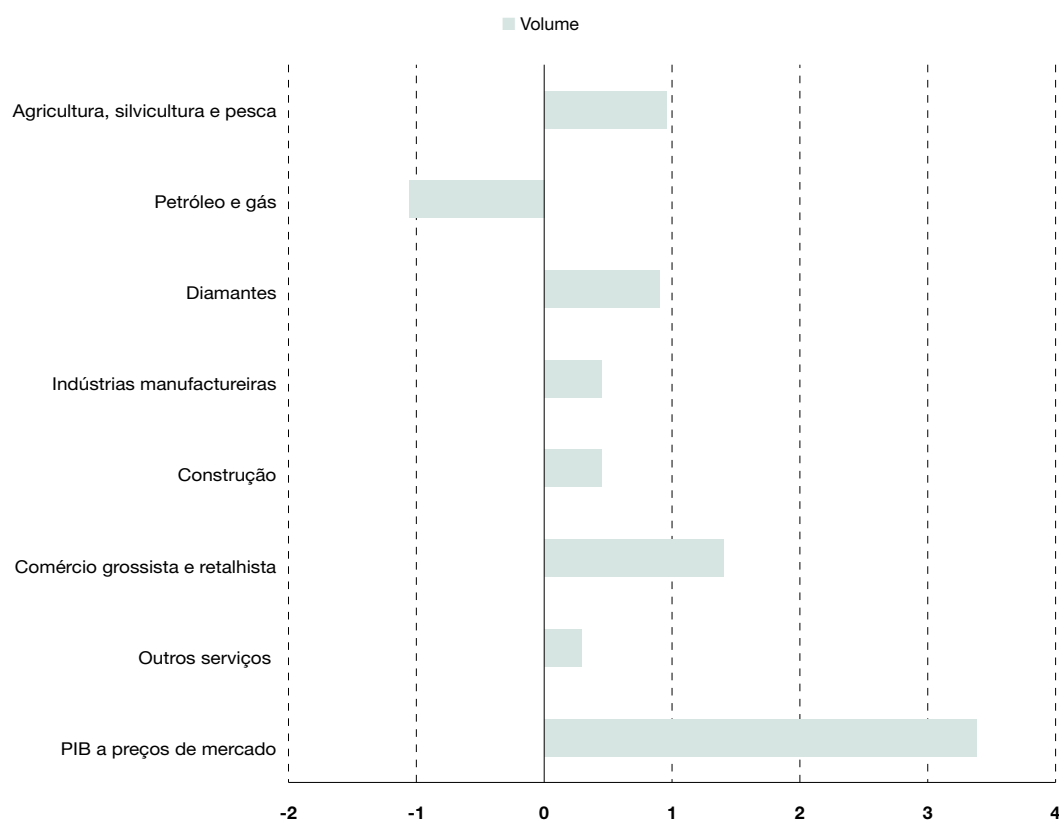
A recente renovação de interesse pela importância geopolítica do Golfo da Guiné como fonte de abastecimento de petróleo conduziu à uma intensificação das actividades de exploração e à descoberta de novas jazidas. Com o pleno funcionamento do campo Xicomba em 2004, a produção diária atingiu pela primeira vez 1 milhão de barris e deveria ultrapassar 1.3 milhões em 2005 e 1.6 milhões em 2006. Nesse contexto, o papel da Sonangol, como franchisada e exploradora, suscita preocupações quanto à possível falta de eficácia económica e aos conflitos de interesse. As análises do sector petrolífero divulgadas em Maio

Figura 3 - PIB por sector em 2003 (percentagem)



Fonte: Estimativas dos autores baseadas em dados do Instituto Nacional de Estatística.

Figura 4 - Contribuições sectoriais para o crescimento do PIB em 2003 (percentagem)



Fonte: Estimativas dos autores baseadas em dados do Instituto Nacional de Estatística.

de 2004 revelaram a opacidade que ainda envolve as declarações financeiras da empresa e sua gestão dos subsídios do Estado.

As minas de diamantes são a segunda maior fonte de receitas de exportação (cerca de 10 por cento do total). Tal como acontece noutros países, os dados oficiais

sobre o comércio de diamantes são imprecisos, devido ao contrabando. Além disso, a maior parte das reservas não foram contabilizadas nas estatísticas do Governo, pois estavam localizadas em províncias sob controlo da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). A única mina de kimberlite que resta no país, que é também a quarta maior mina de diamantes do

Angola, é a mina de Catoca, situada na província de Lunda Sul. Trata-se de um consórcio entre Endiama, a empresa russa Alrosa, a sociedade brasileira Odebrecht e o empresário israelo-russo Lev Leviev. Existem também vários projectos, formais e informais, para os aluviões auríferos.

O crescimento da economia interna dos sectores não mineiros tem sido lento e só recentemente recuperou o nível que tinha no início da década de 90. As terras cultivadas representam apenas 3 por cento do total das terras cultiváveis, que beneficiam de chuvas regulares e são ideais para culturas de exportação, como o café (Angola já foi um dos quatro maiores produtores de café do mundo), sisal, tabaco, algodão, palma, açúcar, frutos cítricos e sésamo. A agricultura foi severamente afectada pelo forte clima de insegurança do país, devido à crescente dificuldade dos agricultores para conseguir sementes, fertilizantes e outros factores de produção, como também para vender o que produziam aos consumidores das zonas urbanas. A agricultura também é limitada pela presença de minas por todo o país, um grande obstáculo que foi apenas resolvido parcialmente desde o fim das hostilidades. Outrora auto-suficiente com relação às principais culturas de base (milho, mandioca, sorgo), Angola atingiu um défice alimentar enorme tendo que recorrer à assistência humanitária do Programa Alimentar Mundial. O fim das hostilidades e a constatação de que a ajuda alimentar está a impedir o desenvolvimento dos fornecedores locais poderão fazer com que os doadores interrompam esse apoio no final de 2005. A situação é ligeiramente mais favorável

com relação à pecuária, já que o gado não foi destruído durante a guerra.

O país podia se orgulhar também de um sector manufactureiro próspero antes da guerra civil, responsável por 18 por cento do PIB em 1973, sector provavelmente pouco eficaz, devido à forte protecção aduaneira. Esse sector é actualmente composto por pequenas indústrias (agroalimentar, bebidas e têxtil) e a sua participação ao PIB caiu abaixo dos 4 por cento. Quanto às indústrias pesadas, ou elas funcionam à um nível bem inferior à sua capacidade máxima (cimento e refinaria petrolífera), ou são inoperantes (aço). A recuperação de infra-estruturas ainda está sendo efectuada a um ritmo lento, sendo dada prioridade às estradas (incluindo uma nova ponte de pedágio sobre o rio Kwanza). Essas actividades, conjuntamente com uma mini- explosão da construção de imóveis residenciais em Luanda, têm sustentado o sector da construção, que cresceu 12.6 por cento em 2003. No sector dos serviços, o sub-sector das comunicações cresceu 35 por cento no primeiro semestre de 2004, depois do lançamento de uma segunda operadora de telefones móveis e do aumento do volume do tráfego.

A Tabela 1 realça a dependência da economia angolana com relação às suas exportações (de recursos naturais) e às suas importações (da maioria dos bens de consumo), uma consequência natural da fraca situação da indústria nacional. Espera-se que o volume das exportações e importações cresça em 2005 e 2006, paralelamente a um aumento do investimento privado

Tabela 1 - Componentes da Procura (percentagem do PIB)

	1996	2001	2002	2003	2004(e)	2005(p)	2006(p)
<b>Formação bruta de capital</b>	<b>34.5</b>	<b>39.5</b>	<b>35.6</b>	<b>40.2</b>	<b>33.4</b>	<b>30.2</b>	<b>29.2</b>
Público	13.1	3.6	3.3	6.3	5.2	4.9	5.1
Privado	21.4	35.9	32.4	33.9	28.1	25.3	24.1
<b>Consumo final</b>	<b>52.4</b>	<b>76.4</b>	<b>66.3</b>	<b>64.2</b>	<b>54.9</b>	<b>48.8</b>	<b>47.5</b>
Público	33.3	32.8	30.8	30.8	26.1	22.4	20.7
Privado	19.0	43.6	35.4	33.4	28.8	26.4	26.8
<b>Saldo externo</b>	<b>13.1</b>	<b>-15.9</b>	<b>-1.9</b>	<b>-4.4</b>	<b>11.8</b>	<b>21.0</b>	<b>23.3</b>
Exportações	82.1	73.5	79.1	73.9	73.4	71.6	66.9
Importações	-69.0	-89.3	-81.0	-78.3	-61.6	-50.6	-43.6

Fonte: Dados do FMI e do Instituto Nacional de Estatística; cálculos dos autores para as estimativas (e) e as projecções (p).

(na sua maioria estrangeiro), concentrado na exploração mineira. Apesar de ainda ser muito fraco, o investimento público aumentou, tendo a sua participação no PIB duplicado entre 2002 e 2003, graças aos programas de redução da pobreza e aos esforços de reconstrução das infra-estruturas.

## Política Macroeconómica

### Política Fiscal e Monetária

Enquanto durou a guerra civil, que terminou em 2002, Angola registou taxas de inflação anuais superiores a 100 por cento. O nível permaneceu elevado mesmo depois de 1987, quando o país abandonou o planeamento centralizado, abraçou a liberalização económica e criou uma série de programas para combater a inflação. Os enormes desequilíbrios orçamentais, juntamente com os consideráveis défices das operações do banco central, minaram a estabilização dos preços. Numa conjuntura de preços mundiais firmes e um aumento da extracção, as receitas provenientes do petróleo e os elevados empréstimos garantidos pelo petróleo, contraídos junto a bancos comerciais internacionais, serviram para financiar o aumento constante das despesas (salários de grandes efetivos de militares e funcionários públicos, compras de armas e subsídios ao consumo), situação essa que será difícil de inverter nos períodos de baixa dos preços do petróleo e/ou de baixa de reservas petrolíferas. Essas políticas conduziram a enormes défices públicos (sectores outros que o petrolífero) e à baixa das reservas de divisas. Além disso, não existia em Angola o instrumento de ancoragem política que é o Documento Estratégico de Redução da Pobreza (DERP): embora tenha sido lançado há cinco anos, o processo DERP ainda não se concretizou.

Após a introdução de medidas enérgicas de estabilização em Setembro de 2003, a inflação caiu para 77 por cento no final de 2003 e para 31 por cento no final de 2004. Em 2003, o défice orçamental permaneceu relativamente elevado (7.9 por cento do PIB). Contudo, pela primeira vez, as operações orçamentais incluíram a maior parte das despesas extra-

orçamentais, inclusive transferências extra-orçamentais para o exército, operações quase-orçamentais efectuadas pela Sonangol em nome do Governo e o défice das operações do banco central, que representou cerca de 1 por cento do PIB. O défice orçamental foi financiado através do recurso intensivo aos empréstimos e donativos provenientes do exterior, assim como a utilização dos bónus de assinatura das companhias petrolíferas.

Em 2004, o défice público desceu a 3.5 por cento do PIB, devido a um aumento das receitas petrolíferas e à aplicação de medidas visando melhorar a fiscalização e o processo de execução do orçamento. Por outro lado, as receitas provenientes de impostos sobre as transações internacionais não aumentaram, apesar da transferência da gestão alfandegária de Luanda à empresa *Crown Agents*.

O orçamento de 2005 apóia-se em esforços contínuos no sentido de conter as despesas e assegurar a sua fiscalização, nomeadamente através da eliminação progressiva dos preços subsidiados da gasolina e de serviços públicos, e de um corte substancial nas despesas correntes, exceptuando os salários. A eliminação progressiva do subsídio ao petróleo teve início em Maio e Novembro de 2004, com aumentos consideráveis dos preços de venda a retalho dos produtos petrolíferos. O referido subsídio deveria passar de 4.5 por cento do PIB em 2004 para 1.1 por cento em 2005. Apesar do aumento substancial da produção de petróleo em 2005 e 2006, prevê-se um fraco aumento das receitas petrolíferas devido à amortização dos pesados custos operacionais e de desenvolvimento relativos à exploração de novas jazidas de petróleo em águas profundas.

As medidas de estabilização implementadas desde 2003 conseguiram manter a inflação numa média estimada de 40 por cento em 2004, prevendo-se que desça a 31 por cento em 2005 e a 26 por cento em 2006. Para que esse processo seja sustentável, é necessária uma gestão prudente do défice orçamental não-petrolífero (definido como défice orçamental global excluindo as receitas provenientes do petróleo – um indicador-chave para avaliar a viabilidade orçamental em países ricos em recursos naturais) e a poupança dos lucros inesperados provenientes dos

Tabela 2 - **Finanças Públicas** (percentagem do PIB)

	1996	2001	2002	2003	2004(e)	2005(p)	2006(p)
<b>Total das receitas e donativos*</b>	<b>46.5</b>	<b>47.1</b>	<b>40.5</b>	<b>37.3</b>	<b>35.9</b>	<b>35.7</b>	<b>33.7</b>
Receitas fiscais	3.8	7.3	7.9	7.8	6.8	6.2	6.1
Receitas petrolíferas	40.8	36.9	31.1	28.2	28.7	28.8	27.2
<b>Total das despesas e empréstimos líquidos*</b>	<b>57.5</b>	<b>49.4</b>	<b>49.8</b>	<b>45.1</b>	<b>39.4</b>	<b>33.9</b>	<b>31.9</b>
Despesas correntes	52.9	36	37	36.7	32.6	27.9	25.6
<i>Sem pagamentos de juros</i>	<i>41.3</i>	<i>30.7</i>	<i>33.6</i>	<i>34.9</i>	<i>30.2</i>	<i>26</i>	<i>24.1</i>
Salários e remunerações	8.8	8.1	11.3	12.5	11.7	9.2	8.4
Pagamentos de juros	11.5	5.2	3.3	1.8	2.4	1.9	1.6
Despesas de capital	4.9	6.3	7.1	7.7	6.2	5.8	6
<b>Saldo primário</b>	<b>0.6</b>	<b>2.9</b>	<b>-6</b>	<b>-6.1</b>	<b>-1.1</b>	<b>3.7</b>	<b>3.4</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-11.0</b>	<b>-2.3</b>	<b>-9.3</b>	<b>-7.8</b>	<b>-3.5</b>	<b>1.8</b>	<b>1.8</b>

a. Apenas os mais significativos constam do relatório.

Fonte: Dados do FMI e do Ministério das Finanças; cálculos dos autores para as estimativas (e) e as projecções (p).

aumentos dos preços do petróleo, os quais constituirão uma riqueza financeira para as gerações futuras. No caso da continuação desses enormes desequilíbrios orçamentais, o resultado seria uma transferência dos custos do ajustamento às gerações futuras, que, por sua vez, deverão também enfrentar o empobrecimento das reservas petrolíferas. Além disso, as fatias do orçamento destinadas à saúde e à educação são muito pequenas, representando respectivamente 7.3 e 4.6 por cento do total das despesas para 2005, enquanto que a defesa contou com 12.5 por cento e a segurança com 7.9 por cento. Finalmente, apesar de algumas melhorias, enormes progressos são necessários em matéria de transparência das receitas petrolíferas. Actualmente, a monitorização insuficiente e a falta de controlo da despesas públicas fazem com que seja difícil elaborar uma avaliação detalhada da situação orçamental do país, avaliação essa que é extremamente necessária para a obtenção por Angola do apoio da comunidade internacional (incluindo a assinatura de um SMP).

Em 2003, o quanza sofreu uma depreciação de 37 por cento face ao dólar, provocando uma forte apreciação em termos reais que travou as perspectivas de crescimento do sector não-petrolífero. O plano de estabilização, em prática desde Setembro de 2003, incluiu a unificação das taxas de câmbio, o lançamento das vendas semanais de divisas, um controlo reforçado da liquidez dos bancos comerciais (através da aplicação

de novos regulamentos relativos a reservas obrigatórias e a posição do câmbio) e uma coordenação de políticas mais estreita entre o Tesouro Nacional e o Banco Nacional de Angola (BNA). Os dados do BNA sobre transacções em divisas são opacos, por que não levam em conta as importações financiadas por linhas de crédito (do Brasil, China e Israel). Isso impede a avaliação do nível necessário de intervenção sobre as transacções em divisas para que a taxa de câmbio nominal seja mantida.

### Posição face ao Exterior

Desde 1999, Angola tem reduzido substancialmente os seus direitos de importação e racionalizado a sua estrutura. Os direitos aduaneiros máximos foram inicialmente reduzidos de 110 para 35 por cento, e em seguida para 30 por cento nesses últimos meses. Além disso, o número de direitos foi também reduzido para apenas cinco intervalos pautais *ad valorem* entre 2 e 30 por cento. Essa estrutura aduaneira simplificada reduz consideravelmente as distorções causadas pelo protecçãoismo, apesar da lista de isenções pautais ainda ser longa e apresentar diversas falhas que permitem a fuga aos direitos de importação. Os regulamentos aduaneiros permanecem opacos e frequentemente confusos após décadas de alterações progressivas e actualizações descoordenadas. Uma nova regulamentação aduaneira está sendo preparada, mas ainda não se sabe quando entrará em vigor. Angola

não é muito dependente dos impostos sobre as transacções internacionais (responsáveis por 5.5 por cento do total das receitas em 2002), o que deveria facilitar a sua futura participação em iniciativas multilaterais e regionais.

Angola aderiu formalmente ao Protocolo Comercial da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em Março de 2003 e encontra-se actualmente a preparar um calendário para a respectiva aplicação. A maior parte das medidas da SADC relativas à liberalização do comércio serão introduzidas até 2008. Para esse efeito, os estados membros estão nesse momento a fazer uma avaliação intercalar do protocolo comercial, processo no qual se espera que Angola desempenhe um importante papel como membro do comité directivo.

Foi só em Dezembro de 2003 que Angola passou a ser elegível para beneficiar da Lei norte-americana relativa ao crescimento e oportunidades em África (AGOA), contudo, tem sido a principal beneficiária do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) desde 1999. Ao abrigo do programa, mais de 93 por cento dos produtos angolanos elegíveis para o SPG, predominantemente petróleo e produtos petrolíferos, entrarão no mercado isentos de direitos aduaneiros.

A exploração de petróleo influencia fortemente a balança comercial. As exportações de petróleo foram responsáveis por 90 por cento do total das exportações nos últimos cinco anos e estima-se que aumentarão 40 por cento em 2004. As exportações de diamantes ocupam o segundo lugar e registam também um forte crescimento.

Os Estados Unidos são o principal destino dessas exportações (mais de 40 por cento nos últimos cinco anos), seguidos pela China. Os países da União Europeia são a única grande fonte de importações, sendo responsáveis por cerca de metade das compras angolanas ao exterior. Por exemplo, os produtos alimentares frescos e transformados são importados da África do Sul e de Portugal, respectivamente, e equipamento e maquinaria correspondem à principal parcela de importações provenientes dos Estados Unidos.

Os elevados preços do petróleo associados a um aumento da produção fizeram disparar as exportações em 2004, o que resultou num excedente comercial enorme. Espera-se que o contínuo crescimento da produção de crude de petróleo faça aumentar mais ainda os volumes de exportação em 2005 e 2006. O que por sua vez conduzirá a um aumento das importações de bens de equipamento.

Três fenómenos relacionados atraem o investimento directo estrangeiro (IDE): a descoberta de novos campos de petróleo, a melhoria da rentabilidade das explorações em águas profundas num contexto de preços de petróleo elevados, e o interesse estratégico do potencial energético do Atlântico Sul para as empresas americanas. A ChevronTexaco, em particular, afectou 11 mil milhões de dólares para investimento nos próximos cinco anos. Apesar da sua contribuição positiva para o PIB e para as exportações, os projectos petrolíferos implicam intensas importações, mas têm pouca articulação com empresas locais. Ainda que o número de articulações ascendentes e descendentes tenha começado a crescer (as empresas estrangeiras têm programas *ad hoc* para desenvolver os componentes locais), a integração entre

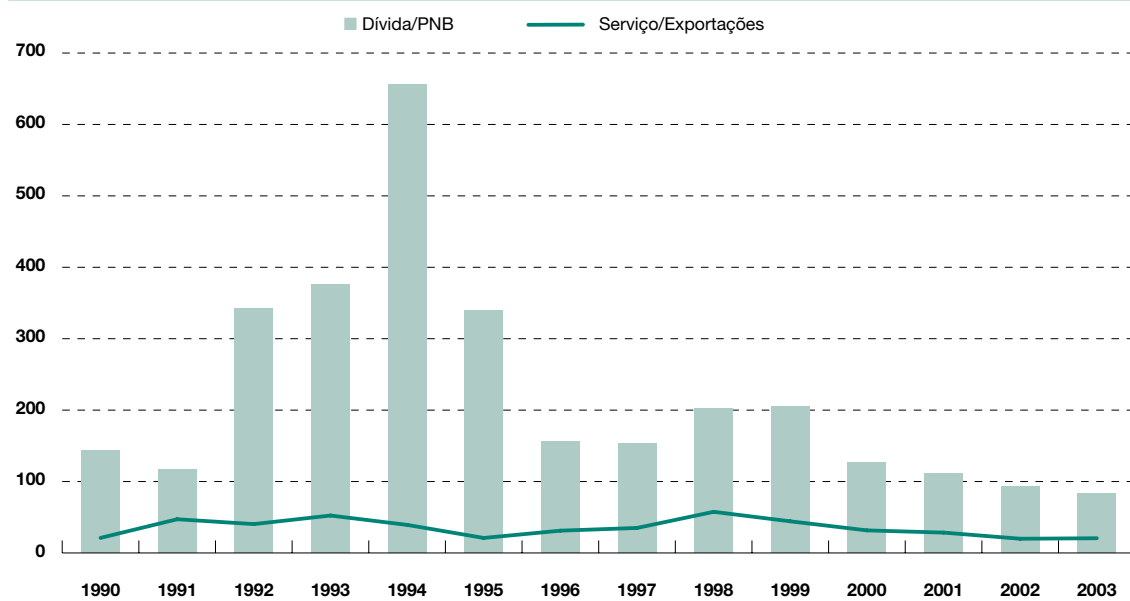
Tabela 3 - **Conta Corrente** (percentagem do PIB)

	1996	2001	2002	2003	2004(e)	2005(p)	2006(p)
Balança comercial	46.6	37.5	42.3	29.2	38.6	43.3	42.9
Exportação de produtos (f.o.b.)	77.5	73.1	77.2	68.8	70.0	69.2	65.1
Importação de produtos (f.o.b.)	-31.0	-35.6	-34.9	-39.6	-31.4	-25.9	-22.2
Serviços	-33.7	-37.1	-28.9	-22.6			
Rendimento dos factores	-20.8	-17.5	-15.1	-12.5			
Transacções correntes	3.4	1.0	0.3	0.7			
<b>Saldo da conta corrente</b>	<b>-4.4</b>	<b>-16.0</b>	<b>-1.4</b>	<b>-5.2</b>			

Fonte: Dados do FMI e do Banco Nacional de Angola; cálculos dos autores para as estimativas (e) e as projecções (p).



**Figura 5 - Montante do Total da Dívida Externa (percentagem do PNB) e Rácio do Serviço da Dívida sobre as exportações (percentagem)**



Fonte: Banco Mundial.

empresas nacionais e estrangeiras limita-se a actividades muito pouco especializadas, como restauração e serviços de limpeza.

O resto da economia atrai muito pouco IDE. Os investidores sentem que correm um risco elevado, apesar dos incentivos especiais e das isenções de impostos que visam modular a liberalização comercial de acordo com os diferentes sectores. Para acrescentar valor à indústria de diamantes local, o Governo aprovou em Abril de 2003, um plano para acabar com o monopólio sobre a compra de diamantes da Ascorp (Angola Selling Corporation, um consórcio entre o Estado e vários investidores estrangeiros, incluindo o Grupo Leviev). O Grupo Leviev está actualmente a construir uma fábrica de lapidação de 3 milhões de dólares.

As autoridades não revelam dados sobre a dívida externa desde 2001. Segundo estimativas do FMI, a dívida de Angola atingiria no final de 2004 os 9.6 mil milhões de dólares (incluindo juros vencidos e juros de mora), o equivalente a 50 por cento do PIB, ou a 120 por cento das exportações líquidas (excluindo despesas petrolíferas). Embora esse rácio esteja abaixo do limite imposto pela iniciativa PPAE (Países Pobres Altamente

Endividados), o problema reside na estrutura da dívida externa e na forte dependência quanto aos onerosos empréstimos de curto prazo garantidos pelo petróleo, que acentuam a vulnerabilidade do país face ao exterior. Angola está em dia quanto às suas obrigações para com credores multilaterais, bancos comerciais e credores bilaterais fora do Clube de Paris, incluindo Brasil e Portugal, mas tem dívidas vencidas com a maior parte dos credores do Clube de Paris.

## Questões Estruturais

O legado de mais de duas décadas de guerra e de um sistema político unipartidário, juntamente com a forte dependência quanto ao petróleo e aos diamantes, têm afectado profundamente a qualidade da governação, daí que a sua melhoria seja o grande desafio para Angola.

Desde 1988, têm sido promulgadas novas leis para regular actividades económicas, organizar as actividades dos mercados financeiros, da exploração mineira e das pescas; formalizar a primeira leva de privatizações e introduzir incentivos ao investimento estrangeiro nos sectores não-petrolíferos. Ainda assim, em virtude dos

resultados mitigados das privatizações e dos fracos progressos na resolução do problema da vulnerabilidade do sistema financeiro, essas medidas não conseguiram dar aos investidores os incentivos adequados para que se lancem em actividades arriscadas e de criação de empregos. As relações empresariais têm sido caracterizadas pelos chamados comportamentos de “procura de renda” e muitos investidores acham extremamente difícil competir com um pequeno número de empresas bem relacionadas e com forte influência política (os chamados *empresários de confiança*).

Paralelamente aos esforços para estabilizar o ambiente macroeconómico, têm sido adoptadas novas iniciativas para encorajar o desenvolvimento do sector privado, entre as quais: uma nova lei sobre os investimentos, que prevê a igualdade de tratamento entre empresas angolanas e estrangeiras (com poucas excepções); o novo código comercial adoptado no início de 2004 (em substituição ao código comercial de 1888 e à lei relativa às sociedades anónimas de 1901); e a criação da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), que serve de plataforma única para o registo das empresas. Serão precisas mais disposições para a aplicação efetiva do novo código comercial. Além disso, a lei sobre os investimentos é vaga quanto ao repatriamento de lucros e não contém garantias legais fortes para proteger os investidores estrangeiros. Foi aprovada uma lei de regime de propriedade em 2004 com o objectivo de esclarecer a questão dos direitos de propriedade e direitos consuetudinários. Os grandes problemas permanecem, já que em muitos casos os registos coloniais foram destruídos e o registo de transmissão de propriedade, ocupação e concessões é caótico devido ao facto das jurisdições ministeriais estarem mal definidas e frequentemente sobrepostas.

Uma legislação específica continua a reger os investimentos nos sectores do petróleo, dos diamantes e financeiro. No caso do petróleo, foi apresentado um controvertido projecto de lei a investidores estrangeiros, em meados de 2004. Segundo esse texto, as companhias petrolíferas internacionais deveriam canalizar as receitas provenientes da exportação através do sistema bancário nacional. Os investidores estrangeiros alegam que os

bancos nacionais não estão preparados para acolher e gerir eficazmente grandes fluxos de divisas. Argumentam ainda que certas disposições para o regulamento do emprego de cidadão angolanos e do repatriamento de lucros constituem uma violação das obrigações contratuais. O projecto de lei da concorrência ainda não foi apresentado ao Parlamento.

As empresas públicas desempenham um importante papel na economia. O processo de privatização foi suspenso em 2001, na sequência das preocupações suscitadas quanto à sua situação e sucesso. Muitas indústrias públicas industriais e manufactureiras registam perdas substanciais, que, em muitos casos, acabaram com o fundo de maneo. Os serviços públicos básicos (em especial água e electricidade) são muito deficientes, o que foi agravado pelo deslocamento de uma população sem recursos que fugiu à guerra civil. A rede não chega a 20 por cento da população e os cortes são muito frequentes. Apesar de o potencial da rede hidroeléctrica ser elevado, a tecnologia está desactualizada e pouco se tem investido, desde o início da década de 90, para manter as centrais eléctricas e as redes de transmissão e distribuição. Algumas empresas, tais como a Angola Telecom, a companhia dos caminhos-de-ferro e a transportadora aérea nacional, a TAAG, têm sido alvo de reestruturações ao nível administrativo, de forma a atrair o interesse estrangeiro. Em Luanda, alguns serviços públicos seleccionados, tais como os transportes urbanos e a gestão de resíduos, já estão a funcionar sob concessão. Desde meados de 2003, está em funcionamento a segunda operadora de telefones móveis, que possui actualmente uma quota de mercado de 55 por cento. Os progressos realizados para atrair investimentos privados são travados pela falta de garantias judiciais, incluindo organismos de fiscalização independentes.

Segundo dados do censo de 2002, conduzido pelo Instituto Nacional de Estatística, o sector privado, excluindo a agricultura, engloba 19 000 empresas e emprega 341 000 pessoas. A maioria dessas empresas encontra-se na zona de Luanda. Esses números subestimam a dimensão do sector privado, já que uma parte substancial da actividade económica funciona no sector informal, para o qual não existe uma estimativa fiável. Mais de 70 por cento dos depósitos e 70 por cento

dos empréstimos são feitos em divisas devido ao ambiente há muito caracterizado pela fragilidade de acordos de paz sucessivos, por uma taxa de inflação elevada, uma taxa de câmbio volátil e baixos rendimentos dos depósitos em quanzas. Essa situação limita o acesso ao crédito, especialmente para as empresas pequenas. Os requisitos de garantia são rígidos, mas praticamente quase não existem sistemas de registo de títulos de propriedade. A propriedade continua a ser uma prerrogativa do Estado e os direitos de usufruto, bastante incertos, não podem ser utilizados como garantia, o que limita muito os empréstimos aos agricultores. Os bancos comerciais revelam uma preferência evidente por empresas grandes com longos registos de actividade e fortes ligações com o poder instituído.

Em 2000, as autoridades criaram o Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES), instituição de crédito que visa canalizar parte das abundantes receitas petrolíferas para o apoio ao investimento no sector privado. Os alvos do FDES são na sua maioria pequenas e médias empresas, com

empréstimos que vão dos 10 000 aos 500 000 dólares, canalizados através de bancos comerciais. Segundo o plano inicial, o FDES deveria receber 150 milhões de dólares de “bónus do petróleo” em 2000, mas apenas 30 milhões haviam sido desembolsados em meados de 2004. O FDES financiou 170 projectos, principalmente relacionados com transportes e pescas, com um montante médio de financiamento por projecto de cerca de 20 000 dólares, criando mais de 4 500 empregos. A sua actividade tem sido prejudicada pela escassez de recursos financeiros e pelo fraco sistema financeiro através do qual funciona. Os bancos intermediários não proporcionaram um acompanhamento adequado aos projectos financiados, devido à falta de informações e análises relativas aos créditos. Os empréstimos eram garantidos por hipoteca de imobilizações e cauções.

Só recentemente, com o estabilizar da situação política, é que têm sido desenvolvidas outras iniciativas para satisfazer a procura não-satisfeita de serviços financeiros, tais como: a criação de um quadro

### **Os Bancos de Micro-Financiamento oferecem Fórmulas Flexíveis para contornar a burocracia**

O Novobanco, um banco de micro-financiamento em actividade também noutros países da África Austral, desenvolveu instrumentos financeiros e um sistema de linhas de crédito que permite às empresas estabelecidas de contornar a burocracia obstrutiva ao acesso ao financiamento. Nos três meses seguintes à sua abertura em Luanda, em Setembro de 2004, o banco concedeu mais de 120 linhas de crédito, de um montante total de 600 000 dólares (com uma média de empréstimos de 5 000 dólares, prazos de 3 a 5 anos e uma taxa de juro mensal de 4 por cento). A maior parte dos seus clientes operam no sector do comércio. Esse sucesso, que excedeu em muito as expectativas do Novobanco, deveu-se à flexibilidade da fórmula oferecida aos pequenos empresários: uma conta livre de encargos, sem saldo mínimo, garantias informais (bens imobiliários e fiador) e uma relação continuada com os responsáveis do empréstimo. Estes últimos, os quais são agrupados numa rede e pagos de acordo com o desempenho, encarregam-se de avaliar a qualidade da carteira de clientes e de os acompanhar. Falta ao esquema financiado pela USAID, contudo, uma vertente relativa à assistência técnica, considerada como um dos requisitos fundamentais para o desenvolvimento das pequenas empresas.

Outras iniciativas bem sucedidas foram introduzidas recentemente para favorecer o desenvolvimento das pequenas empresas. Elas combinam linhas de crédito, formação e assistência técnica. Um bom exemplo é o do Banco Sol, um banco local que no início concedia empréstimo somente a grupos, mas que passou gradualmente a financiar negócios individuais dos seus clientes tradicionais. Aproveitando as relações sólidas que mantinha com os seus clientes e a sua vasta cobertura geográfica, o banco usou uma estratégia eficaz, aceitando garantias informais e confiando a ONGs internacionais o acompanhamento e a assistência ao cliente.

normativo relativo ao micro-crédito; o desenvolvimento de competências humanas necessárias; a criação de agências de informações comerciais e serviços de desenvolvimento empresarial para reduzir a falta de informação; o desenvolvimento de instrumentos financeiros mais direccionados para as necessidades empresariais da comunidade angolana; e a extensão dos serviços até as zonas ainda mal servidas do país. A implementação foi confiada a diversos parceiros públicos e privados, incluindo agências governamentais, doadores e organizações internacionais e companhias petrolíferas, as quais são obrigadas por contrato a ceder parte dos lucros para financiar actividades relacionadas com a responsabilidade social da empresa. Os resultados têm sido encorajadores (Caixa 1). Isso prova que existe uma procura de serviços financeiros não-satisfeita por parte das empresas de médio porte, que normalmente não têm acesso aos bancos comerciais e para as quais o micro-financiamento não é suficiente.

## Contexto Social e Político

Angola entrou numa nova era no dia 4 de Abril de 2002, com a assinatura do cessar-fogo entre as forças armadas e os rebeldes, seis semanas após a morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA. Após a enorme derrota militar face às forças governamentais, mais bem armadas e organizadas, a UNITA tinha batido em retirada. Além disso, os rebeldes encontravam-se isolados politicamente em ambas as frentes, a nacional e a internacional. Desde então, a nova liderança da UNITA tem lutado para gerir a difícil transição que faria desse movimento fragmentado um partido político unido.

As autoridades têm enfrentado desafios consideráveis, e os progressos têm sido desiguais. Há pequenos sinais do retorno à paz e à democracia, como a emergência de uma imprensa independente e de organizações da sociedade civil, mas ainda não se respondeu de forma adequada às necessidades dos desalojados dentro do país (4 milhões no fim da guerra) e dos ex-insurgentes da UNITA, devido ao efeito combinado das desigualdades étnicas e regionais e da resposta inadequada por parte do Governo. Estima-se que mais de 300 000 pessoas ainda vivem fora da sua

zona de origem, 5 a 7 milhões de minas ainda estão por desactivar, a assistência médica às vítimas do rebentamento de minas é muito limitada e têm sido relatados inúmeros episódios de violência contra os apoiantes da UNITA, aquando do regresso destes às zonas de origem.

Décadas de atrocidades, incluindo enormes violações dos direitos humanos dos não-beligerantes, tornam a reconciliação extremamente difícil. Os interesses enraizados minam as reformas, e após três décadas de intervenção externa, o Governo de Angola resiste às condições prévias que a comunidade internacional impõe para a sua participação e ajuda. As eleições presidenciais e legislativas estão agendadas para 2006, as primeiras em 12 anos. Embora o Governo deseje primeiro chegar a um acordo quanto a uma nova Constituição, a UNITA está fazendo pressão para obter eleições antecipadas regidas pela Constituição actual. Enquanto a oposição parece dividida, o partido no poder, o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), ainda goza da confiança internacional e do prestígio popular, devido ao seu estatuto de herdeiro dos heróis da independência.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, Angola ocupa o 166.º lugar, em 177 países, com 68 por cento da população a viver abaixo do limiar da pobreza de 1.7 dólares por dia. De facto, apesar do *boom* do petróleo, a maioria dos angolanos vive em situação de extrema pobreza. A incidência da pobreza é mais elevada nas zonas rurais, onde afecta 94 por cento da população, contra 57 por cento nas zonas urbanas. Essa situação se explica pela dificuldade que os agricultores têm de obter terras férteis e aceder aos mercados, pelas más condições das infra-estruturas rodoviárias e pela migração dos habitantes das zonas rurais para os centros urbanos, menos afectados pelo conflito armado do que as zonas rurais. O último inquérito às famílias (2001) revelou que 40 por cento dos chefes de família estavam desempregados e que o desemprego nas zonas urbanas se situava nos 46 por cento. Indicava ainda que um quinto das crianças, com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos, tinham vários empregos e que 42 por cento das crianças de famílias pobres participavam no trabalho familiar.

Os indicadores sociais mais relevantes, tais como: esperança de vida, subnutrição e acesso a água e saneamento básico decaíram a pique durante a guerra e encontram-se ainda em níveis muito alarmantes. Na década de 90, a Comunidade Internacional estava profundamente envolvida no alívio da crise humanitária angolana, fazendo com que o país recebesse uma assistência considerável, incluindo ajuda alimentar. A estratégia actual dos doadores é passar de uma intervenção de emergência para uma abordagem que favoreça o desenvolvimento, visando atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e promover uma governância democrática. Com esse fim, os doadores estão a pressionar as autoridades para que estas acelerem a luta contra a corrupção, promovam a transparência na utilização das receitas petrolíferas e aumentem, em quantidade e qualidade, as despesas para reduzir a pobreza.

O Conselho de Ministros aprovou o Documento Estratégico de Redução da Pobreza (DERP) em Dezembro de 2003, e um subsequente processo de revisão está praticamente completo. Segundo a comunidade de doadores, falta clareza quanto à prioridade de objectivos, de acções, de prazos e de fontes de financiamento. Além disso, as ONGs alegam que as consultas da fase de preparação foram insuficientes. A conclusão oficial do DERP está assim sujeita à inclusão dos comentários dos doadores e à intensificação do processo de consultas com a sociedade civil, sob a liderança de um grupo de trabalho dos doadores do DERP. Existem preocupações quanto à capacidade do país para implementar um sistema de monitorização e avaliação dos progressos relativos ao DERP. O inquérito às famílias de 2001, que está desactualizado e não representa todo o país, não pode ser utilizado para avaliar o impacto da aplicação do DERP.

Dois anos após o fim das hostilidades, os esforços para reconstruir e aumentar a disponibilidade dos serviços de saúde quase não avançaram. Apenas 30 por cento da população tem acesso a serviços básicos de saúde num raio de 5 quilómetros do sítio onde mora. A taxa de mortalidade materna é uma das mais altas do mundo, (1 700 por cada 100 000 nascimentos).

Segundo a UNICEF, Angola tem a terceira taxa de mortalidade infantil mais elevada, 250 mortes por cada 1 000 crianças, devido à malária, infecções respiratórias, diarreia, sarampo e tétano neo-natal. A subnutrição é uma importante condição subjacente, estima-se que afecte quase metade das 7.4 milhões de crianças angolanas. Nos próximos dois anos, espera-se que o país receba 25 milhões de dólares do Fundo Global para aplicar medidas de combate à malária. Contudo, o país ainda não dispõe de uma política nacional com relação aos serviços de saúde e as instituições médicas devem lutar para assegurar os tratamentos adequados até para as doenças mais comuns.

Uma das causas profundas da reduzida taxa de acesso a serviços de saúde e da fraca qualidade desses serviços é a insuficiente fatia orçamental destinada a despesas sociais. Os poucos fundos destinados ao sector da saúde são fragmentados em unidades orçamentais distintas ao nível das províncias e dispersos por um vasto número de políticas, programas e planos sub-sectoriais, sem que haja um plano de acção que abranja todo o sector. Existe uma enorme escassez de médicos, apenas um para cada 13 000 pessoas. O Governo anunciou um vasto pacote de medidas com incentivos aos profissionais de saúde que forem trabalhar nas províncias, mas a implementação dessas medidas tem sido lenta.

A taxa de prevalência do HIV/SIDA, estimada em 4.1 por cento em 2003, é relativamente baixa quando comparada com os dramáticos números da África Austral, a sub-região do mundo mais afectada pela epidemia. Um novo inquérito da UNICEF, baseado nos testes efectuados em 12 000 mulheres que frequentaram os serviços de consultas médicas pré-natais nas 18 províncias do país, concluiu que apenas 2.8 por cento estavam infectadas, o que implica uma taxa total de adultos infectados pelo HIV de cerca de 5 por cento. A taxa relativamente baixa de prevalência do HIV, infelizmente conduziu a um atraso na resposta médica à pandemia e ao planeamento de fatias orçamentais extremamente reduzidas nos últimos três anos. Um passo importante na luta contra a doença foi o lançamento do Plano Nacional do Combate ao HIV/SIDA em Janeiro de 2004. O plano estratégico

quinquenal de 160 milhões de dólares, concebido em colaboração com as Nações Unidas, centra-se na prevenção, no reforço das capacidades institucionais e na ajuda à população seropositiva. No entanto, existem preocupações quanto ao lento progresso na aplicação do plano, especialmente no que se refere à criação de instalações para tratamento na capital.

Com uma taxa de analfabetismo de 58 por cento (contra os 38 por cento no resto do continente africano) e com cerca de um terço das crianças de 5 a 11 anos sem instrução, os indicadores relativos à educação em Angola encontram-se entre os mais baixos do mundo. Durante a década de 90, o sector da educação angolano registou um sério declínio nas inscrições, em parte devido às hostilidades mas também à incapacidade do sistema quanto à formação e à colocação de um número adequado de professores, com material pedagógico suficiente. No fim da década de 90, a inscrição no ensino primário decresceu para 1 milhão. Segundo as últimas estatísticas nacionais disponíveis, os rácios brutos de inscrições para rapazes e raparigas era de 78 e 69 por cento, respectivamente, e os rácios líquidos de inscrições no ensino primário eram de 39 e 35 por cento, respectivamente. Além disso, 35 por cento do total das crianças que se inscreve no primeiro ano, não chega a concluir a escola primária. Essa situação reflecte as elevadas taxas de desistências em todos os anos do ensino primário, que atinge em média 24 por cento dos alunos nos primeiros quatro anos. Os números brutos de inscrições no ensino secundário são também muito

baixos, 18 por cento de rapazes e 13 por cento de raparigas. Os baixos salários e atrasos nos pagamentos tornaram o ensino público uma profissão pouco atractiva. Os professores têm de exercer profissões paralelas e frequentemente recorrer às *gasosas* (subornos), o que dificulta ainda mais o acesso à educação das crianças mais carentes. O número de alunos por sala é muito elevado (64) e a escassez de manuais é impressionante.

O Ministério da Educação reformulou o *Plano-Quadro de Reconstrução do Sistema Educativo*, definindo novos objectivos a alcançar até 2015. Os desafios continuam enormes: para atingir os números universais de inscrições e de conclusões do ensino primário, e ao mesmo tempo acompanhar o rápido crescimento da população em idade escolar, o número de alunos inscritos no ensino primário tem de crescer dos 1.2 milhões estimados em 2002 para 5 milhões em 2015. O resultado dos esforços recentes foi um aumento em massa no número de inscrições, com quase 2 milhões de crianças na escola primária, no ano lectivo de 2004. Além disso, de forma a melhorar a disponibilidade e a qualidade do ensino primário, o Ministério da Educação e a UNICEF delinearão recentemente um plano de desenvolvimento da capacidade nacional. Nesse sentido, e visando a melhoria das suas competências pedagógicas, alguns dos 29 000 novos professores recrutados no ano passado trabalharão com os módulos de ensino mais recentes.

